



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO - UNIFAMETRO  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**ANTONIMEUDO BERNARDO DE  
ALMEIDA**

**IRÂNARA DO NASCIMENTO FREITAS**

**JOSÉ MARIA BRITO DE ANDRADE**

**(RE)INSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE  
ADOLESCENTES EM PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

**FORTALEZA**

**2024**

ANTONIMEUDO BERNARDO DE  
ALMEIDA

IRÃNARA DO NASCIMENTO FREITAS

JOSÉ MARIA BRITO DE ANDRADE

ORIENTADORA MS. AMANDA LÍVIA DE LIMA CAVALCANTE

(RE)INSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES  
EM PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Artigo TCC apresentado no dia 14 de junho de 2024 ao curso de Psicologia da UNIFAMETRO como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Ms. Amanda Lívia de Lima Cavalcante.

FORTALEZA

2024

**ANTONIMEUDO BERNARDO DE ALMEIDA  
IRÃNARA DO NASCIMENTO FREITAS  
JOSÉ MARIA BRITO DE ANDRADE**

**(RE)INSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE  
ADOLESCENTES EM PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Artigo TCC apresentado no dia 14 de junho ao curso de Psicologia da UNIFAMETRO como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Ms. Amanda Lívia de Lima Cavalcante

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms. Amanda Lívia de Lima Cavalcante  
Orientadora - UNIFAMETRO**

---

**Prof.<sup>a</sup> Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos  
Membro - UNIFAMETRO**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms. Nathalia Santiago de Pinho  
Convidada Externa – Universidade Federal do Ceará**

Para aqueles que sempre nos apoiaram e nos incentivaram a seguir nossos sonhos. Sem o amor, paciência e inspiração, não teríamos chegado até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão a todas as pessoas que nos apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho. Começando pela nossa orientadora, Professora Amanda Livia de Lima Cavalcante, pelo grande entusiasmo demonstrado durante toda a construção desse TCC, assim como suas valiosas sugestões, sem dúvida, uma atuação que foi fundamental para a qualidade desse trabalho. Agradecemos, também, aos nossos familiares e colegas de curso, que compartilharam diversos conhecimentos, experiências, apoio emocional e compreensão nos momentos de alegria, mas também nos mais difíceis. Somos gratos aos professores e aos demais profissionais da Unifametro por todo o suporte oferecido no decorrer da realização deste projeto. Reconhecemos a importância dos autores e pesquisadores, cujas obras contribuíram para a fundamentação teórica dessa obra e, por fim, mas não menos importante, agradecer às pessoas que, de alguma forma, tiveram sua participação nessa jornada. E agradecemos a nós (três) por todo nosso empenho nessa jornada de criação do nosso trabalho de conclusão de curso. Nosso sincero obrigado.

“Não há caminho errado. O aprendizado, e a experiência estão em todos os caminhos.”

Zibia Gasparetto

## **(RE)INSERÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES EM PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

## **(RE)SOCIAL INSERTION: AN ANALYSIS OF THE TRAJECTORIES OF ADOLESCENTS IN POST-SOCIAL-EDUCATIONAL MEASURE**

Antonimeudo Bernardo de Almeida<sup>1</sup>

Irânara do Nascimento Freitas<sup>2</sup>

José Maria Brito de Andrade<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho trata a temática da reinserção social de adolescente no pós medida socioeducativa. Tais medidas, regidas pelo SINASE, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantem os direitos dos adolescentes para além da punição. Desse modo, objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de (re)inserção social de adolescentes em pós medida socioeducativa, usando como método a pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão integrativa de artigos. As principais categorias analisadas foram trajetórias dos adolescentes no pós medida socioeducativa, programas de acompanhamento pós medida, direitos humanos e reinserção social. Os resultados indicam que fatores sociais, estigmas e violência afetam a reinserção. Também se evidencia o desejo dos adolescentes em querer mudar de vida. O apoio familiar, os programas de acompanhamento pós medida são essenciais para prevenir reincidência. Por fim, comprova-se a importância de um olhar mais humano para os adolescentes que cometeram atos infracionais, responsabilizando-os por suas ações, mas também dando-os oportunidade para recomeçar.

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas; Adolescência; Reinserção Social.

### **ABSTRACT**

This work deals with the theme of social reintegration of adolescents after socio-educational measures. Such measures, governed by SINASE, through ECA, guarantee the rights of adolescents beyond punishment. Therefore, the objective of this research is to analyze the process of social (re)insertion of adolescents in post-socio-educational measures, using qualitative research as a method, through an integrative review of articles. The main categories analyzed were adolescents' trajectories in the post-socio-educational measure, post-measure monitoring programs, human rights and social reintegration. The results indicate that social factors, stigma and violence affect reintegration. The desire of teenagers to change their lives is also evident. Family support and post-measure follow-up programs are essential to preventing recurrence. Finally, the importance of a more human approach to adolescents who committed infractions is demonstrated, holding them responsible for their actions, but also giving them the opportunity to start over.

**Keywords:** Socio-educational measures; Adolescence; Social reinsertion.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

<sup>3</sup> Graduando do curso de Psicologia da UNIFAMETRO.

## 1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade heterogênea como a do Brasil, a figura do jovem é vista através de um olhar limitado, principalmente quando se trata de adolescentes envolvidos em atos infracionais. Porém, no que diz respeito a esse envolvimento, eles podem figurar tanto como autores desses atos quanto vítimas diretas de violências e ilegalidades.

A palavra “adolescência” foi usada pela primeira vez em inglês por volta do ano de 1430. O termo vem do latim *adolescece*, que significa "crescer" (Schoen-Ferreira et al., 2010, p. 2). A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1975) define, então, o período da adolescência dos 10 até os 19 anos e a idade da juventude dos 15 aos 24 anos. Já para o ECA, são considerados adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos incompletos. (Brasil, 1990)

Uma pesquisa, realizada entre 2019 e 2020 pela organização da sociedade civil (OSC), pela Visão Mundial, pelo Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Sociais (Gajop) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>4</sup>, aponta que adolescentes sofrem ameaças, principalmente por membros de facções criminosas, por milicianos, policiais civis e militares, mas estes em menor grau. As formas de violência variam entre agressões físicas, verbais na escola ou em casa, torturas por parte de gangues e abordagens violentas pelos policiais.

É essencial entender que adolescentes são, sobretudo, não somente indivíduos em desenvolvimento, mas também pessoas com características e sentido próprio (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias, & Silves, 2010). Atualmente, o conceito de adolescência abrange um amplo processo de desenvolvimento biopsicossocial.

Para Bock (2007), a adolescência é vista como uma construção social, com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem contemporâneo, não como algo natural. Por isso, é fundamental um olhar complexo e multifacetado para as adolescências, especialmente para aquelas que se encontram em alguma vulnerabilidade ou risco social.

Dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC),

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://composic.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/12/14/UaoQNT7VU4.pdf>.

realizado em 2023<sup>5</sup>, indicam que 11.664 adolescentes estão em cumprimento de (MSE) em regime de privação de liberdade, 9.656 em semiliberdade e internação, 222 em internação sanção e 1.786 em internação provisória.

Diante das informações apresentadas preliminarmente, o presente trabalho tem como tema central a (re)inserção social de adolescentes em pós medida socioeducativa. Com a Doutrina da Proteção Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve uma mudança de paradigma no que se refere ao processo de responsabilização juvenil e ao processo de garantias de direitos constitucionais de adolescentes em situação de ato infracional (Cavalcante, 2019).

Podemos, então, evidenciar alguns dos principais marcos legais relacionados à proteção da criança e do adolescente no Brasil. Nessa pesquisa, focalizamos como nosso objeto de estudo o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Para tanto, é importante fazer uma breve contextualização acerca do processo histórico da responsabilização de adolescentes em situação de ato infracional.

Em 1926, houve a promulgação do Código de Menores, que estabeleceu a maioridade penal em 18 anos. Antes da criação do ECA, a lei para crianças e adolescentes, conhecida como o Código de Menores, lidava apenas com um público no que a lei chamava de Doutrina da Situação Irregular e era voltada para os menores de 18 anos que cometeram algum delito, foram abandonados ou estavam em situação de pobreza, tendo um caráter de controle e punição com o intuito de buscar a “regeneração do menor”, o Código estabeleceu a situação da infância abandonada e delinquente como sendo de caráter público (Russo, 2012).

É importante abordar que nesse período da chamada “Doutrina da Situação Irregular” não havia a universalização dos direitos e deveres de crianças e adolescentes e, tampouco, o reconhecimento destes como sujeitos de direitos. O que se tinha, segundo Coimbra (2006), era a chamada criminalização da pobreza e um indiscriminado período de institucionalização de crianças e adolescentes.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal introduziu o princípio da Proteção Integral da criança e do adolescente. Então, adolescentes são indivíduos em desenvolvimento psíquico, físico e emocional, tendo eles a possibilidade de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>.

alcançar suas potencialidades em busca de uma vida adulta plena. Ou seja, para falar desse período é preciso ampliar os estudos que são referentes ao desenvolvimento social e cognitivo, assim como os direitos garantidos pelo ECA (Machado, 2003).

A Doutrina da Proteção Integral reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, compreendidos como pessoas em processo de desenvolvimento e que, em razão disto, gozam de absoluta prioridade na consolidação de seus direitos fundamentais, principalmente no campo das políticas públicas (Veronese; Lima, 2012).

Na data de 03 de julho, de 1990, com a Lei Federal nº 8.069/1990, ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reforça a responsabilidade de proteção integral das crianças e adolescentes até os 18 anos.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

No ano de 2006, com a Promulgação (SINASE), através da lei nº 12.594, que, por sua vez, foi decretada apenas em 2012, passou a regulamentar as medidas socioeducativas em todo o território nacional.

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (Lemos, 2012).

É de se grafar que as medidas socioeducativas não têm natureza de pena, de punição. Elas são aplicadas quando verificadas situações nas quais o comportamento do adolescente assume uma tipologia de crime ou contravenção penal, conforme previsto no artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Em consonância com o artigo 112 do ECA (Brasil, 1990), as MSE que poderão ser aplicadas aos adolescentes são: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação.

Um importante instrumento utilizado para auxiliar no trabalho com os adolescentes durante, e pós o cumprimento das MSE, é o Plano Individual de Atendimento (PIA) e está previsto no ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990).

O PIA consiste em um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades socioeducativas, norteador do acompanhamento, através da participação ativa do(a) adolescente, sua família e da equipe interprofissional. Enquanto instrumento de previsão, o PIA possibilita o planejamento de ações durante e pós-cumprimento de medida, fortalecendo o processo de construção da autonomia do(a) adolescente e da garantia dos direitos sociais (Ferreira, 2019. p 17).

Por isso, compreender o processo de reinserção social dos adolescentes que estão nesse contexto possibilita uma análise das trajetórias destes no pós medida socioeducativa.

Tratando-se das MSE, seus socioeducandos, no Brasil, caracterizam-se por ser adolescentes pardos e negros, a maioria do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 17 anos, de baixa escolaridade, das camadas mais pobres da sociedade, vivendo em periferias e, por muitas vezes, com trajetórias marcadas pela violência e violação de direitos. Por isso, quando um ato infracional por parte do adolescente acontece, movido pelas desigualdades sociais, suas ações não só o atingem, mas também todo seu núcleo familiar e comunitário (Pedro; Lima 2018).

As MSE são a forma instituída na legislação brasileira de responsabilizar o adolescente pelos atos infracionais por ele praticados, mas, concomitantemente, oferecer condições para a reinserção social. Elas são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) através da Lei nº 12.954/2012 (Brasil, 2012).

Entretanto, Cavalcante (2019) argumenta que o processo de responsabilização do adolescente é constituído pela sua interação com o ambiente, e que a violência é rotineira para aqueles que cumprem as MSE. No entanto, a percepção da sociedade a respeito das MSE, é que estas são comumente vistas como ineficazes. O que, por sua vez, abre uma discussão para punições mais rigorosas, incluído o desejo que a maioridade penal seja reduzida, além de haver um não reconhecimento do adolescente como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento.

A partir dessas percepções, as MSE podem influenciar na maneira como adolescentes compreendem o conceito de responsabilização e até mesmo sua participação no sistema socioeducativo. Isso pode gerar uma dualidade perigosa entre as regras estabelecidas pelo SINASE, e a realidade dos fatos no cotidiano de quem cumpre as MSE, retornando aos moldes punitivos do antigo Código de Menores.

A importância desse trabalho se dá por existir a compreensão de que no período da adolescência as pessoas são indivíduos em pleno desenvolvimento, e que as MSE se desvinculam das características de controle e punição. Evidencia-se, assim, os pontos de vista social e científico que, na verdade, são entendidos como forma de responsabilização impostas aos adolescentes por seus atos infracionais, assim como a proteção de seus direitos. (Monte, Sampaio, Rosa Filho, & Barbosa, 2011).

Sendo assim, o trabalho se propõe a investigar, através do seguinte questionamento: como se dá o processo de reinserção social do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa? Nesse sentido, esse trabalho também é norteado pelo interesse de explorar quais as dificuldades estruturais que existem em suas execuções tanto no contexto de raça, classe social, interseccionalidades e gênero do adolescente.

Para nos guiarmos nessa pesquisa, temos como objetivo geral analisar o processo de (re)inserção social de adolescentes em pós medida socioeducativa. Assim como objetivos específicos; I) compreender as trajetórias de adolescentes em pós medida socioeducativa, II) conhecer os projetos existentes no Brasil no contexto da pós medida socioeducativa e III) problematizar os limites e as possibilidades da (re)inserção social e de acesso aos direitos fundamentais no pós medida socioeducativa.

Acredita-se que os cumprimentos dos objetivos das medidas socioeducativas em seu caráter ético-pedagógico, possibilitando não só a responsabilização do ato infracional, mas, principalmente, as possibilidades desse adolescente de (re)construir seus projetos de vida associados a uma efetiva reinserção social por meio do Sistema de Garantias de Direitos, podem ser fatores de proteção a diminuição da reincidência e violência urbana que ora aponta do adolescente como autor e ora como vítima, se considerarmos as violências

sistemáticas no acesso aos direitos fundamentais básicos (Sinase, 2006).

Existem diversos desafios que surgem no período da adolescência, evidenciando a fase como uma etapa de dúvidas, transformações e inseguranças, ainda mais para aqueles que cometeram atos infracionais. Por isso, é preciso criar espaços seguros que promovem tanto a autoexpressão, quanto o protagonismo do adolescente, das vítimas, dos familiares e da comunidade, na procura por outras opções de responsabilização, o que pode fortalecer e restaurar os vínculos de relacionamento e confiança social rompido pela infração. (Aguinsky; Capitão 2008).

Além da introdução, esse trabalho será estruturado por meio de outras três seções. Na seção das construções metodológicas, será descrita a realização de uma revisão integrativa de literatura com a finalidade alcançar os dois últimos objetivos específicos. A respeito da seção dos resultados e discussões, interpretam-se os dados coletados durante a pesquisa. Já na seção das considerações finais, serão feitas reflexões sobre a pesquisa realizada com um resumo dos principais pontos apresentados durante o trabalho, assim como respondendo às perguntas levantadas para a realização desse projeto.

## **2. CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS**

### **2.1. Tipo de Pesquisa**

Esse trabalho tratará de uma revisão integrativa, pois tem como propósito analisar métodos e resultados de pesquisas, levando a reflexão sobre o desenvolvimento de outros estudos. Seu principal propósito é obter um entendimento mais aprofundado sobre um determinado fenômeno baseado em estudos já realizados (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). É necessário ressaltar que o presente artigo irá se ater aos estudos por meio de artigos científicos e dissertações.

Neste formato de pesquisa, realiza-se um levantamento bibliográfico, a partir de categorias teóricas advindas do problema de pesquisa em que serão feitas análises. Assim, o objetivo é poder analisar quais produções científicas discutem sobre a (re)inserção social: uma análise das trajetórias de adolescentes em pós medida socioeducativa, bem como as possíveis lacunas teóricas que precisam ser exploradas cientificamente. Pesquisadores como Mendes; Silveira; Galvão (2008)

ênfatizam que o resultado da revisão integrativa é o conhecimento atualizado do tema investigado, a implementação de intervenções eficazes no cuidado à saúde e a redução de custos, além da identificação de lacunas que orientam o desenvolvimento de futuras pesquisas (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

## **2.2 Construção do *Corpus***

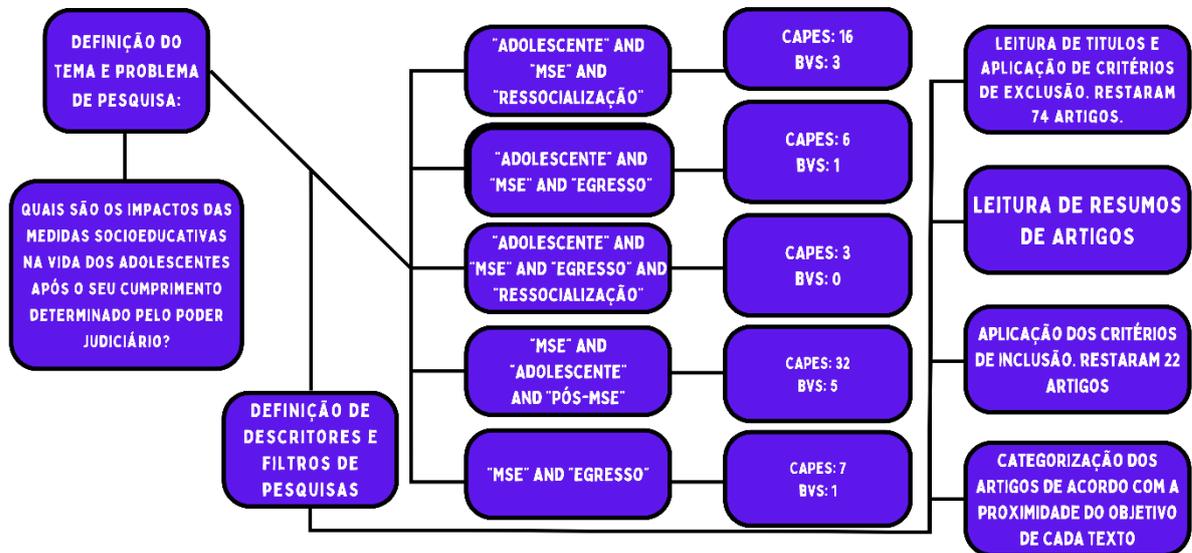
Pode-se afirmar que o percurso do estudo em questão foi estruturado em: tema base da pesquisa; pergunta norteadora e definição de descritores. As combinações de palavras resultaram nos descritores “Adolescentes”, “Medida Socioeducativa”, “Egresso”, “Ressocialização”, “Pós Medida Socioeducativa” com o operador booleano de combinações em pesquisas avançadas *AND*.

No que se refere ao levantamento dos dados, foram realizadas pesquisas em duas plataformas, sendo essas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A coleta foi realizada no modo busca avançada, e foram aplicados filtros de pesquisas, delimitando como critério de inclusão os artigos com no máximo dez anos de publicação, artigos científicos e somente artigos publicados na língua portuguesa que abarcassem como problemática o objeto dessa pesquisa que, conforme citado acima, configura-se em analisar a (re)inserção social: uma análise das trajetórias de adolescentes em pós medida socioeducativa.

Após a leitura dos títulos e dos resumos, foram excluídos artigos duplicados, aqueles que não se encontravam no recorte temporal de dez anos, que fugiam do objetivo e os que estavam fora da temática definida na pesquisa, artigos, dissertações, e outros materiais que não se configuravam como artigos científicos.

É importante ressaltar que, durante a busca, duas das produções apontavam resultados fundamentais para discussão do objetivo dessa pesquisa e o formato dessa produção foi de dissertação de mestrado. Em razão da relevância do texto, foram as únicas fontes fora do escopo de artigo científico. Após uma leitura aprofundada dos textos selecionados, eles foram categorizados segundo a identificação do assunto discorrido em cada texto. Abaixo, segue um fluxograma do caminho percorrido e as tabelas com descrição do quantitativo de artigos encontrados em cada base de dados.

**Figura 1:** Fluxograma exibindo caminho percorrido da pesquisa



**Tabela 1:** Quantidade de artigos conforme os descritores estabelecidos nas seguintes plataformas.

DESCRITORES	CAPES	BVS
ADOLESCENTES AND MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AND EGRESSO	6	1
ADOLESCENTES AND MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AND RESSOCIALIZAÇÃO	16	3
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AND ADOLESCNETES AND PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	32	5
ADOLESCCTES AND MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AND EGRESSO AND RESSOCIALIZAÇÃO	3	0
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AND EGRESSO	7	1
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>10</b>

**Tabela 2:** Demonstração dos resultados de pesquisa.

<b>PROCESSO DE RESULTADO</b>	
<b>SOMATÓRIO TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS – RESULTADO BRUTO DOS ARTIGOS ENCONTRADOS</b>	74
<b>SOMATÓRIO TOTAL DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO – RESULTADO</b>	1
<b>QUANTITATIVO DE ARTIGOS E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO APÓS ANÁLISE COM BASE NOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO</b>	22
<b>TOTAL DE ARTIGOS APÓS SEREM SUBMETIDOS A CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO</b>	12

### **3.2 Descrição do processo de exclusão de artigos**

A partir de buscas feitas em duas plataformas (CAPES E BVS), somaram-se 74 artigos encontrados. Essas buscas foram feitas com a utilização de filtros, sendo esses: língua portuguesa e artigos, de 2014 a 2024. Como critério de exclusão, foi definido: textos duplicados, que procedem de artigos que aparecem mais de uma vez nas plataformas de pesquisa (dessa forma, é considerado somente um artigo); artigos que se referem a outra temática, sendo considerados artigos que trouxessem pelo menos uma das palavras utilizadas nos descritores (por isso, aparecem na pesquisa) e os que fogem do problema de pesquisa proposto, embora estivessem na língua portuguesa.

A primeira busca foi realizada com os descritores, “Adolescentes” *AND* “Medida Socioeducativa” *AND* “Ressocialização”, na plataforma CAPES. Nessa busca, o total de artigos encontrados foram 16, e foi percebido que 12 artigos estavam fora do objetivo da pesquisa, pois tratavam da temática durante o período de cumprimento da medida socioeducativa; então, esses textos foram excluídos. A segunda busca foi realizada na plataforma BVS. Nessa busca, o resultado da pesquisa foram 3 artigos, desses, todos estavam fora do contexto do adolescente, pois tratavam agentes socioeducadores, profissionais que trabalhavam na medida socioeducativa.

Nesse contexto, o resultado da busca feita na plataforma CAPES com o descritor “Adolescentes” *AND* “Medida Socioeducativa” *AND* “Egresso” foi de 6 artigos. Destes, 2 estavam fora do objetivo da pesquisa, pois tratavam da temática durante o período de cumprimento da medida. Na plataforma BVS, o resultado da busca foi de 1 artigo, que permaneceu na pesquisa.

A busca seguinte “Adolescentes” AND “Medida Socioeducativa” AND “Egresso” AND “Ressocialização” obtiveram o resultado de 3 artigos na plataforma CAPES, dessa quantia: 1 estava fora do contexto do adolescente porque tratava a trajetória do cumprimento da medida socioeducativa. No site BVS, nenhum artigo encontrado.

Na pesquisa “Medida Socioeducativa” AND “Adolescentes” AND “Pós Medida Socioeducativa”, o resultado de busca na plataforma CAPES foi de 32 artigos, desses: 26 estavam fora da temática dessa pesquisa porque nenhum tratavam da visão do adolescente sobre pós medida socioeducativa e 3 estavam duplicados. Já a busca realizada feita pelo site BVS, foram encontrados 5 artigos, dentro dessa quantia 4 estavam fora da temática que trazia a visão do profissional socioeducador, e por isso não se encaixava no objeto de estudo.

Por fim, o descritor “Medida Socioeducativa” AND “Egresso” o resultado de pesquisa no site CAPES foi de 7 artigos, 4 fora do tema desse estudo, pois tratava o contexto do adolescente durante o cumprimento da medida. Na plataforma BVS foi encontrado 1 artigo e não houve exclusão.

### **3.3 Aplicação de critérios de inclusão dos artigos**

Após um criterioso processo de eliminação, que consistia na leitura dos resumos dos 74 artigos, sobraram 22 artigos, pois acreditávamos que apenas estes tratavam do adolescente durante o pós medida socioeducativa. Foi realizada a leitura na íntegra destes 22 artigos e notou-se que alguns deles compartilhavam o mesmo propósito de pesquisa. Dessa forma, optou-se pelos artigos mais recentes, publicados entre 2014 a 2024, descartando-se os de anos anteriores a 2014.

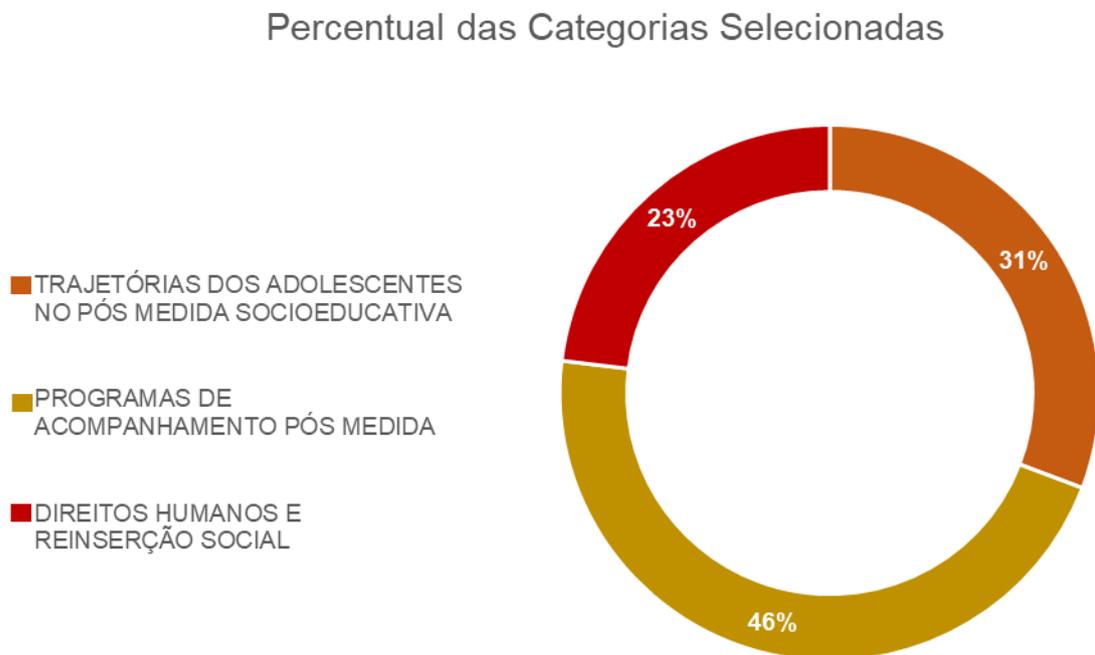
No final, restaram 12 artigos, pois ainda foram identificados 10 artigos que fugiam da proposta por tratar do adolescente durante a medida socioeducativa e sem nenhuma ligação com o pós medida socioeducativa. Embora o artigo “Medida Socioeducativa de Internação e Expectativas de Futuro de Adolescentes e Familiares” não abordasse diretamente o jovem/adolescente no pós-medida, foi crucial incluí-lo na lista de artigos analisados, pois discute a aspiração de encontrar um futuro no pós MSE. Além disso, foi adicionada uma dissertação de mestrado, lida integralmente para a elaboração deste trabalho, por se tratar de um estudo atual no âmbito da avaliação das políticas públicas em pós medida socioeducativa no Ceará.

## 4 RESULTADOS

Para ampliar o domínio sobre a temática, foram realizadas pesquisas em duas bases de dados já citadas acima. Esse processo nos levou a 12 artigos e uma dissertação de mestrado, escolhidos para uma análise mais detalhada. Ao longo dessa análise, 3 categorias distintas emergiram como relevantes para nossa análise.

As categorias identificadas para uma exploração mais aprofundada nas análises são as seguintes:

**Gráfico 1:** Gráfico com o percentual de categorias selecionadas.



Fonte: Ravagnani; Crivelaro, 2010.

**Tabela 3:** Artigos selecionados divididos em categorias com base nos assuntos encontrados a partir da pesquisa bibliográfica.

Nº	TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	BASE DE DADOS
<b>TRAJETÓRIAS DOS ADOLESCENTES NO PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA</b>				
1	De “bandido” a “trabalhador”: um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a	PEDRO, Fernanda Reis Alves de Oliveira &	Este estudo investigou o significado do trabalho para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, focando na transição entre o trabalho	BVS

	partir das medidas socioeducativas.	LIMA, Maria Elizabeth Antunes, 2016	informal, muitas vezes ilícito, e as atividades propostas no contexto das medidas. O objetivo era compreender como essa experiência influencia a categorização social dos jovens como “trabalhadores” formais ou “bandidos”. A pesquisa destacou a importância da formação e inserção profissional na construção dos projetos de vida desses jovens	
2	O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais	ANDRADE, Marcela Silva & BARROS, Vanessa Andrade de, 2018	O objetivo do estudo visa entender a reintegração social de jovens após cumprirem medidas socioeducativas de internação. Além de investigar os fatores envolvidos nesse processo, identificando mediadores e analisando os impactos dessa transição em suas vidas cotidianas. Compreender essa dinâmica é crucial para apoiar a reintegração e promover um ambiente mais justo e inclusivo.	BVS
3	Violência e privação de liberdade: um estudo sobre trajetórias juvenis a partir do Radar de Relações Interpessoais	MCS. Lopes de Oliveira & MACHADO, Kelita Rejanne, 2019	Este artigo explora as trajetórias de vida de jovens a partir de uma perspectiva de pesquisa do desenvolvimento. O objetivo é aprofundar a análise entre os contextos micro e macro dos fenômenos psicológicos, integrando as dimensões pessoal, interpessoal e cultural em um único quadro de análise.	CAPES
4	Medida Socioeducativa de Internação e Expectativas de Futuro de Adolescentes e Familiares	BRONDAN, Renata Petry & ARPINI, Dorian Mônica, 2021	O objetivo deste estudo foi entender as expectativas futuras de adolescentes e seus familiares no contexto da medida socioeducativa de internação.	CAPES
<b>PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO PÓS MEDIDA</b>				
5	Projetos De Vida De Jovens Egressos De Medidas Socioeducativas	COSTA, Cibele Soares da Silva & ALBERTO, Maria de Fatima Pereira,	O objetivo deste estudo consistiu em examinar as influências dos programas de acompanhamento destinados aos jovens que concluíram medidas socioeducativas de internação, no que diz respeito à elaboração de seus projetos de vida. A pesquisa	BVS

		2021	foi conduzida com nove egressos, abrangendo os estados da Bahia e Rio Grande do Sul.	
6	Contextos de Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens nos Programas de Acompanhamento Pós-Cumprimento da Medida Socioeducativa	COSTA, Cibele Soares da Silva & ALBERTO, Maria de Fatima Pereira, 2023	O objetivo deste estudo é examinar os ambientes de desenvolvimento oferecidos a adolescentes e jovens nos programas de acompanhamento após o cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisa documental foi conduzida em três estados brasileiros: Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, junto a três entidades responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de internação.	CAPES
7	A Aplicação Do Coaching Como Ferramenta De Orientação A Egressos Do Sistema Socioeducativo Como Apoio Na Construção De Projeto De Vida Fora Da Criminalidade	BERNARD O, Miguel Sanches & SEQUEIRA, Leandro Tortosa, 2020	O objetivo deste estudo consistiu em investigar como o <i>coaching</i> pode ser empregado como uma ferramenta de orientação e apoio para os egressos do sistema socioeducativo, auxiliando-os na construção de um projeto de vida livre da criminalidade.	CAPES
8	Trabalho De Ontem, De Hoje E De Amanhã O Olhar De Jovens Participantes Do Programa De Egressos Das Medidas Socioeducativas De Restrição À Liberdade	SOUZA, Gabriel Miranda de & SALES, Mara Marçal, 2019	Este estudo concentrou-se nos jovens egressos de medidas socioeducativas que optaram voluntariamente por participar do Programa Se Liga, uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os significados atribuídos pelos jovens às atividades laborais.	CAPES
9	Caracterização dos Programas de Acompanhamento aos Jovens Egressos de Medidas Socioeducativas	COSTA, Cibele Soares da Silva & ALBERTO, Maria de Fatima Pereira, 2021	O objetivo deste artigo é descrever os programas destinados ao acompanhamento de jovens que deixaram a medida socioeducativa de internação (MSE). A pesquisa contou com a participação de quatro coordenadores de programas de acompanhamento de egressos de MSE em três estados do Brasil.	CAPES
10	A Avaliação Da Política Pública De Atendimento	PINHO, Nathalia Santiago/	Este trabalho se propõe a realizar uma análise crítica da Política de Atendimento Socioeducativo	REPOSITÓRIO UFC

	Socioeducativo No Ceará (2014-2022)	2024	implementada no estado do Ceará, abrangendo o período de 2014 a 2022.	
<b>DIREITOS HUMANOS E REINserÇÃO SOCIAL</b>				
11	Vista do Alunos egressos do centro socioeducativo uma análise linguístico-discursiva	PEREIRA, Jussivania de Carvalho Vieira Batista & BARROS, Solange Maria de, 2021	O artigo explora como adolescentes que saíram do sistema socioeducativo percebem seu retorno às escolas, destacando desafios na reintegração após a internação, especialmente na transição para a liberdade assistida, onde a educação enfrenta obstáculos como ferramenta de ressocialização.	CAPES
12	A Música Como Forma De Ressocialização Do Menor Infrator	Leonardo, Francisco/ 2015	O objetivo do trabalho busca explorar como a música pode ser usada como medida socioeducativa e terapia para menores infratores em unidades de internação. Seu objetivo é promover a interação social, autonomia, estímulo e autoestima dessas crianças e adolescentes durante o processo de ressocialização.	CAPES
13	Educação social e escolar e o direito à educação na Medida Socioeducativa	ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros & CABRITO, Belmiro Gil, 2019	O objetivo do artigo reflete sobre como a educação social e a educação escolar podem ser combinadas para facilitar a reintegração na escola de adolescentes que passaram por medidas socioeducativas de internação, semiliberdade ou em cumprimento de medidas em meio aberto.	CAPES

## 5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

### 5.1 Trajetórias dos adolescentes no Pós Medida Socioeducativa

No artigo nº1, Pedro & Lima (2016) observaram, durante seu período na Secretaria de Estado de Defesa Social, a notável ausência de jovens inseridos no mercado laboral, conforme prescrito pelas medidas socioeducativas. Assim, as equipes das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade buscavam incessantemente apoio para superar as barreiras que impediam a inclusão efetiva, pois notaram que a capacitação profissional era um elemento frequentemente negligenciado.

As autoras, após uma análise cuidadosa, perceberam que a capacitação profissional poderia e deveria ser incorporada aos demais eixos da medida socioeducativa, tendo em vista que existiam algumas iniciativas em que o jovem não apenas continuava no curso de capacitação, mas também seguia uma carreira na atividade sugerida pela MSE (Pedro & Lima, 2016).

Nesse contexto, é relevante mencionar o depoimento de um adolescente em processo de pós medidas, entrevistado pelas autoras aqui referenciadas, que descreveram a jornada, desde a admissão do adolescente na instituição de internação, até a conclusão das medidas socioeducativas, período no qual lhe foi proposta a oportunidade de profissionalização no mercado laboral. O adolescente, cujo nome é Pedro, afirmou que essa experiência o permitiu reestruturar sua vida, abrindo portas para explorar outras opções de geração de renda e ocupação produtiva do seu tempo. Ele iniciou sua trajetória como agente de bordo (cobrador de ônibus) e, posteriormente, foi promovido para atuar no escritório como assistente financeiro na mesma instituição, função na qual acredita ter encontrado sua vocação. Mesmo após a conclusão das medidas socioeducativas, ele continuou a desempenhar suas funções na empresa de transporte público.

Desse modo, percebeu-se a partir da pesquisa acima que, embora haja esforços das equipes do sistema socioeducativo em superar essa problemática, durante a reinserção social, as trajetórias dos jovens em pós medidas são marcadas pela ausência de oportunidade no âmbito educacional, profissionalização e empregos formais.

No artigo nº 2, Andrade & Barros (2018) analisaram diversos mediadores do retorno ao convívio social em que o adolescente está inserido durante a medida e seus efeitos para o pós medida socioeducativa. As autoras organizaram como mediadores, família, educação, trabalho, saúde, e como última parte a relação do adolescente com a polícia. Elas explicam sobre a importância de observar os efeitos das medidas de internação na rotina diária dos adolescentes tendo em vista que após a liberação os efeitos ainda são incertos. Ainda, afirmam que há uma fragilidade de estudos e pesquisas sobre a situação dos jovens que saem dessas medidas, e as pesquisas disponíveis focam, principalmente, nos danos causados pela perda da liberdade.

Nessa perspectiva, Silva (2011) argumenta que historicamente como a sociedade trata crianças e adolescentes, especialmente os mais desfavorecidos, oscila entre a compaixão e a punição, ou entre a sanção e a punição. Essa dualidade, segundo a autora, expõe as contradições nas práticas de educação, assistência social e justiça, que estabelecem um modelo específico de controle social e penal.

Consoante à leitura, analisando a fala das autoras dos artigos (Silvia, 2011; Andrade & Barros, 2018), podemos perceber que a privação de liberdade não se detém apenas ao centro socioeducativo, mas, sim, à perda da subjetividade, aos direitos à saúde, à educação de qualidade, ao acesso ao trabalho e à fragilização da rede apoio.

Referindo-se, ainda, ao artigo nº 2, menciona-se as falas dos socioeducandos a respeito de seu tempo em MSE, como diz: “não pode fazer o que você quer fazer, eu acho que eu estava ficando meio que maluco”. (Andrade & Barros, 2018, p. 44). Coadunando com essas ideias, Silva (2011) afirma que, ao ser criminalizado, o adolescente perde sua posição de protagonista em sua narrativa pessoal, de detentor de direitos e liberdades, e passa a ser tratado como um objeto pelas instituições sociais responsáveis pelo controle sociojurídico. Essa perda de protagonismo é um fator de risco para a (re)construção da cidadania, da autonomia e ainda o fortalecimento de sua identidade pessoal.

Interligando as ideias das autoras (Silva, 2011; Andrade & Barros, 2018), chegamos à conclusão que as questões do “eu” são padronizadas pelo controle sociojurídico durante a MSE, e só são “resgatadas” após o cumprimento devido ao

retorno para com a comunidade. Porém, nos vem como questionamento a seguinte pergunta: “os projetos auxiliam os adolescentes na (re)construção das suas identidades e na busca pela sua subjetividade escanteada?”. Esse questionamento surgiu pela ausência de trabalhos que incentivassem o adolescente a reestruturar sua subjetividade perante o ato infracional, mas sem haver a mortificação do eu.

No artigo nº 3, Oliveira & Machado (2019) dividem as experiências vividas pelos adolescentes durante a internação e pós medidas em sua pesquisa, em quatro categorias: unidade de internação, comunidade, família e trabalho que são ambientes de significado comum entre os componentes de um grupo específico, em que os aspectos culturais exclusivos têm um papel na construção das identidades pessoais dessas categorias.

Oliveira & Machado (2019) em seus estudos apresentam uma busca para problematizar a origem e os efeitos sociais e individuais da violência, para a qual é imprescindível uma visão multifacetada e sistêmica, enraizada no contexto histórico. Pensando nessa visão multifacetada e sistêmica, durante a pesquisa as autoras entrevistam três adolescentes em tempos diferentes. Chamou-nos a atenção um desses casos em que o adolescente permaneceu até o final das entrevistas realizadas. Percebeu-se durante esse período a mudança de percepção sobre a vida, a partir das suas experiências trabalhistas e sociais.

Ao longo da entrevista, resgatamos da fala do Severino o seguinte trecho: “uns lugares diferentes, preparando umas coisas diferentes que eu não tinha em mente de fazer [...] com umas pessoas diferentes, com outros pensamentos... um bocado de coisa que nem passava na minha mente”. (Oliveira & Machado, 2019, p.321) O adolescente, nesse trecho, relata a mudança de expectativa de vida a partir das suas novas experiências de vida no mundo do trabalho, mesmo sendo práticas informais de trabalho atuando como assistente de gesso, como aprendiz de estofador e na montagem e instalação de equipamentos de som em eventos. A partir disso, podemos perceber a ligação do jovem e o trabalho, na perspectiva desses autores:

O surgimento da sociedade do trabalho, no século XVI, impõe uma condição nova: o jovem para possuir condições materiais para manter uma família deve ter um emprego. Esta ideia se dissemina ao longo do século XVII, com a expansão industrial. A relação com o mundo se faz a partir das relações de trabalho, que irão definir a situação social do indivíduo e a

identidade da juventude (VERMELHO, 1995 apud ABRAMOVAY, 2004. p. 93).

Nessa perspectiva, temos a ideia da importância que o trabalho gerencia na construção pessoal do adolescente perante o futuro. Verificamos que um direcionamento protetivo da MSE que provoque nos adolescentes incentivos no meio de trabalho pode gerar forte influência/reflexão na visão do adolescente sobre sua reincidência nos atos infracionais. Durante as primeiras entrevistas, os adolescentes encontravam-se sem perspectiva de trabalho. No entanto, nas últimas entrevistas, percebe-se uma mudança em suas visões sobre o futuro. Destacamos a fala do Severino posteriormente à sua mudança de perspectiva: querendo sair da unidade “pela porta da frente” e com a possibilidade de traçar um novo rumo. (Oliveira & Machado, 2019, p.320)

No artigo nº 4, Brondani & Arpini (2021), embora não tratem diretamente do adolescente após a medida, foi essencial incluí-los na lista de artigos examinados, pois abordam a esperança de construir um futuro após a MSE. A pesquisa desenvolvida pelas autoras foi fundamentada em uma visão da adolescência moldada por elementos intrapsíquicos e socioculturais e teve como objetivo o entendimento às perspectivas futuras de adolescentes e seus familiares no cenário da medida socioeducativa de internação.

Os adolescentes André e Rodrigo expressaram a intenção de evitar futuras transgressões, além de desejarem dar importância ao trabalho em suas vidas e o anseio por laços familiares mais afetivos. Resgatamos alguns trechos dos adolescentes entrevistados na pesquisa; destacam-se as seguintes falas:

“Trecho 1- “Quando sair daqui, eu quero trabalhar, quero fazer alguma coisa. Quero ter as minhas coisas, né? Do meu próprio suor. Não um dinheiro fácil, né? . . . Bem diferente. Vou fazer minha carteira de trabalho aqui, essas coisa. Fazer todo os meus documento aqui dentro.”; Trecho 2 - “Porque eu trabalho, qualquer lugar, eu chegando arrumo um emprego, porque eu tenho bastante referência. . . Eu tenho contatos. . . Ajudava a mãe, dava tipo uma coisinha pra irmã, comprava umas roupa, uma carne. É o que eu podia fazer. . . Eu quero ter a minha moto, o meu carro, não depender de ninguém”. (SIC) (Brondani & Arpini, 2021, p.6)

A partir das mensagens transmitidas pelos adolescentes no artigo nº4, resgatamos a ideia de Abramovay. De acordo com Abramovay (2004), os adolescentes de alta classe social têm a chance de investir mais horas na instrução acadêmica, o que possibilita a obtenção de uma qualificação profissional mais

abrangente e compatível com as exigências do ambiente laboral. Porém, os adolescentes de baixa classe social precisam se inserir no ambiente laboral mais cedo para assegurar a própria subsistência e, em determinadas situações, a de seus familiares.

Tendo por base a perspectiva relatada pelos adolescentes André e Paulo, podemos perceber a necessidade dos jovens de classes populares acerca do futuro a partir da construção do trabalho. É possível perceber seus anseios na busca do meio de trabalho como mudança de vida, além de promover os afastamentos de possíveis transgressões devido à contribuição prestada a sua família e de sua própria independência.

Além disso, é evidente a importância da família do “ex-socioeducando” na trajetória do pós medidas socioeducativas. Resgatamos os seguintes trechos que fidedigna essa ideia:

Trecho 1: “Eu imagino minha rotina, ficando em casa! . . . De bem com a minha família, brincando com meus irmãos, conversando com a minha mãe, com o meu padrasto [emocionado]. . . . Dar mais valor, ouvir os conselho da minha mãe, porque se eu tô aqui hoje, foi por não ouvir os conselho dela. . . . Mudar bastante! Não tô falando da boca pra fora, tô falando de coração mesmo”; Trecho 2: “Eu quero chegar e dar muitos abraço neles, sabe dona? . . . A primeira semana, eu vou sair daqui e vou dedicar só a minha família. Depois, retorno a trabalhar”. (Brondani & Arpini, 2021, p.7)

A partir dos dois trechos acima, destacamos a ideia de Ribeiro & da Rocha (2017) de que a família tem o dever de oferecer o suporte necessário para a formulação dos objetivos de vida do adolescente. Isso envolve esclarecer as metas que devem ser estabelecidas para a realização desses objetivos, ensinar como lidar com os obstáculos e com os perigos do mundo, promover a autoconfiança, incentivar a apreciação da vida, orientar sobre o que é imediato e o que é transitório. Além disso, a família deve aconselhar o adolescente sobre o que é ou não adequado para o seu projeto de vida, ajudando-o a traçar um caminho que esteja alinhado com seus objetivos e aspirações.

Para ilustrar a relação com o contexto familiar, seguem as narrativas de algumas mães trazidas na pesquisa do artigo:

“Eu pretendo conversar com ele, pra também ajudar ele depois que ele sair daqui”; “Eu tô cheia de planos pra quando ele sair daqui, né?”; “Eu acho que vai ser bem mais melhor. . . . Assim óh, eu vou fazer o máximo que eu puder, né? . . . Dar mais carinho, amor pra ele, tanto que a gente não tinha”.(SIC) (Brondani & Arpini, 2021, p.8)

Notamos um olhar empático acerca dos filhos diante do sistema socioeducativo, o qual gerou reflexões até mesmo nos familiares dos socioeducandos. Ribeiro & da Rocha (2017) destacam que, no contexto desses grupos sociais, a interação do adolescente com a família e os amigos desempenha um papel crucial em suas decisões. Além disso, a influência de outros grupos na formação de sua individualidade e caráter é inegavelmente importante.

Essa série de artigos abordou questões relacionadas ao trabalho, à família e às expectativas futuras dos adolescentes e suas famílias após a implementação da MSE. Reconhecemos que essas pesquisas acadêmicas são extremamente relevantes para a compreensão das experiências dos indivíduos que passam pelos centros socioeducativos. No entanto, destacamos que existem lacunas devido à falta de apoio das políticas públicas para os adolescentes em relação ao seu futuro após a MSE. Também identificamos a escassez de estudos que apresentem relatos de adolescentes do sexo feminino durante e após a implementação de medidas socioeducativas.

## **5.2 Programas de Acompanhamento Pós Medida**

No artigo nº 5, Costa & Alberto (2021) utilizam-se das interpretações dos significados característico à participação em programas de MSE em dois estados: a Bahia e o Rio Grande do Sul. As autoras argumentam sobre os benefícios que os programas oferecem aos participantes no âmbito dos projetos de vida. Nesse aspecto, as autoras acreditam na ideia de que os programas de suporte aos adolescentes de MSE de internação devem auxiliar na construção/reconstrução e na realização dos planos de vida, mediante fatores que estimulem o crescimento dos jovens além de suas necessidades imediatas, favorecendo a autonomia, sem excluir sua subjetividade.

Dentre os adolescentes entrevistados pelas autoras do artigo, destaca-se o seguinte trecho sobre a perspectiva de um adolescente acerca da sua participação do cumprimento da MSE e sua percepção de futuro no pós medida:

Jovem, 18 anos – “Tem, tem uma diferença. Porque lá também a maioria das pessoas, diz que a pessoa é má, que a pessoa é ruim, alguma coisa do tipo e são pouquíssimas pessoas que vê um futuro na pessoa... e aqui não,

o acompanhamento do egresso é totalmente diferente, é uma coisa mais amorosa... onde todo mundo acredita em você.” (Costa & Alberto, 2021, p.10)

Segundo o trecho citado acima, com a ideia de Nardi & Dell’Aglia (2014), é notório que a participação em programas de MSE se caracteriza como uma possibilidade para o afastamento de atos infracionais após o período de internações. Os autores também pontuam que ao retornarem para a sociedade, os adolescentes vivenciaram questões ligadas ao seu histórico de envolvimento com os atos infracionais e também com os estigmas.

No artigo nº 6, as autoras Costa & Alberto (2023) exploraram os cenários de desenvolvimento ofertados aos adolescentes por meio dos programas de acompanhamento pós MSE, pois acreditaram que esses programas podem proporcionar atividades essenciais para o desenvolvimento dos adolescentes que cumpriram as MSE de internação.

As autoras sobreditas realizam uma análise de três centros socioeducativos localizados na Bahia, Paraíba e no Rio Grande do Sul. Nessa pesquisa, buscou-se verificar uma série de documentos voltados à organização das instituições, os tópicos analisados são os marcos legais, a caracterização do funcionamento dos programas, a metodologia de acompanhamento, a avaliação e o monitoramento. Foram solicitados documentos para investigar os tópicos citados.

A partir disso, percebeu-se que os três programas estavam de acordo com o previsto no ECA e no SINASE no que diz respeito aos atendimentos fornecidos aos adolescentes, encaminhamento a políticas sociais e instruções aos familiares durante todo o período de internação. Sendo assim, observou-se que nos três programas havia um acompanhamento eficaz no pós MSE. Assim, para Vygotsky (2006), quando os adolescentes têm a possibilidade de participar de forma ativa nesses programas, é notório que o desenvolvimento de novas perspectivas e objetivos, fortalecendo a ideia de sua autonomia. Esse tipo de programa auxilia na condução do adolescente sobre o conhecimento de seus direitos, além de contribuir para o projeto de vida de cada um.

No artigo nº 7, Bernardo & Sequeira (2019) defendem que a partir das demandas vivenciadas pelos adolescentes pós MSE, a utilização do *coaching* como um recurso de suporte e orientação para esses adolescentes é essencial, pois

acreditam que esse mecanismo pode auxiliá-los em suas metas e objetivos, contribuindo para que seus projetos de vida fujam dos atos infracionais, e conseqüentemente, alcancem uma (re)inserção social mais efetiva.

Um projeto que os autores aludidos trazem na pesquisa é o “Remissão Cidadã”, de 2015, com apoio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), e que, no ano 2017, gerou modificações, transformando-se em um “*Coaching* em Grupo” com aspectos da psicologia auxiliando os adolescentes na construção e uma nova perspectiva de vida a partir dos seus projetos de vida.

Porém, apesar de os autores embasarem seu trabalho no *coaching* dentro da socioeducação, eles afirmam que existe uma escassez de trabalhos que envolvem suas práticas na MSE. Portanto, a junção dessas duas temáticas não podem ser comprovadas devido à carência de estudos focalizados nessa área, mas que traz uma abordagem acerca da importância do projeto de vida assim como de outros campos de conhecimento. Além disso, o cuidado que se deve ter para não ser realizado um trabalho com base na meritocracia.

No artigo nº 8, os autores Souza & Sales (2019) fundamentaram seu estudo nos adolescentes que cumpriram MSE e que se envolveram de forma voluntária no *Programa Se Liga*. O objetivo central do artigo foi explorar a relação entre o jovem e o trabalho, atentando-se a compreender aspectos relacionados à sua trajetória de vida, os pontos de intersecção entre o trabalho e a criminalidade e, por fim, as expectativas futuras em relação ao trabalho para esses jovens.

Sabendo disso, faz-se necessário entender que o *Programa Se Liga*, ofertado pelo Governo de Minas Gerais, tem por objetivo a realização de uma mediação entre o adolescente e a rede parceira da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase). O adolescente será atendido por uma equipe técnica para orientá-lo de acordo com suas demandas, realizando encaminhamentos dos adolescentes que saíram do sistema socioeducativo para cursos profissionalizantes, escolas, serviços de saúde, lazer, espaços culturais. Sendo assim, o programa dá continuidade ao que já foi desenvolvido durante a medida e auxilia na construção de novas experiências para esses jovens. O período de associação dos jovens com o *Programa Se Liga* pode se estender até um ano. (Brasil, 2020)

Dito isso, destacamos a fala do Guilherme, um dos adolescentes entrevistados pelos autores: “o que me levou a atuar mesmo foi as oportunidades

que não existiam, falta de oportunidade, as oportunidades não vêm, aí acaba que você vai lá e faz” (Souza & Sales, 2019, p. 488). A partir desse trecho, podemos perceber que a falta de acesso à profissionalização afeta de forma direta o futuro dos jovens entrevistados na pesquisa, pois estes se envolveram em atos infracionais a fim de um retorno financeiro baseado nos cenários em que estão inseridos.

Os autores observaram a partir da fala dos entrevistados que as MSE possuem efeitos causadores de reflexões e construções de novas perspectivas para esses jovens. Utilizando a fala de Guilherme, percebemos essa mudança de perspectiva “os efeitos da medida também é que a gente aprende várias coisas positivas, é até difícil de explicar, porque, sei lá, a medida ajuda a pensar mais nas coisas, ajuda a gente a pensar direito” (Souza & Sales, 2019, p. 494).

No artigo nº 9, caracterizaram-se os programas de acompanhamento os adolescentes de MSE. As autoras compartilham da ideia de que para haver a qualificação desses programas é da necessidade de políticas universais, com princípios, diretrizes e objetivos que acompanhem os adolescentes pós MSE a nível nacional.

Em contraponto ao *Programa Se Liga*, citado acima, as autoras desse trabalho analisaram programas em três estados. A partir disso, observamos o funcionamento dos programas no quesito da inserção dos adolescentes. Nos programas verificados pelas autoras Costa & Alberto (2021), pode-se analisar as perspectivas dos responsáveis pelos serviços socioeducativos, que afirmaram a existência de uma cobrança no remanejamento para haver mais adolescentes em seus programas.

Verificou-se, ainda, que esses programas não são ligados a nenhum tipo de política nacional com princípios e diretrizes. Assim, não contribuem para um (re)inserção social eficaz, pois seu foco está na agregação de jovens aos programas e não na manutenção deles dentro do programa, sem um plano político-pedagógico para seu desempenho.

Concluiremos essa seção com a análise da dissertação de mestrado (nº 10 na tabela de artigos selecionados) da autora Pinho (2024). A autora faz uma avaliação da política socioeducativa no Estado do Ceará, elencada aos projetos de pós medidas socioeducativas. O programa analisado é: Programa de Oportunidades e Cidadania (POC), composto pelos projetos: "Projeto Novas Trilhas", "Projeto

Embaixadores da Paz" e "Projeto Trilharte". Tais projetos apresentam objetivos, produtos, indicadores e resultados específicos, e são de responsabilidade das Organizações da Sociedade Civil, cuja finalidade é garantir a eficácia e avaliação precisa desses projetos.

Pinho (2024) discorre da importância do POC no cumprimento das diretrizes do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará de 2018-2028. Esse programa fortalece a ideia de atendimento de adolescentes em diferentes contextos de MSE, além da inclusão do núcleo familiar. Assim como o *Programa Se Liga*, o POC tem caráter voluntário aos participantes e trabalha com estratégias de atendimento e de encaminhamento dos adolescentes no pós cumprimento de MSE.

Os três projetos do POC da Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo do Ceará (SEAS) possuem certo caráter artístico e têm como propósito a implementação de medidas de acompanhamento pedagógico e psicológico, além da assistência social. Ademais, eles buscam a promoção da qualificação profissional e da criação de atividades que gerem emprego e renda para os adolescentes e jovens que fazem parte do Sistema Socioeducativo no Estado do Ceará.

O Projeto Novas Trilhas tem como propósito acompanhar os adolescentes que cumpriram e passaram na MSE nos centros socioeducativos com ações que proporcionam aos adolescentes o exercício à cidadania e o acesso aos direitos fundamentais. Isso é feito com o intuito de prevenir e diminuir a reincidência de práticas infracionais. (Ceará, 2021) Os projetos denominados Embaixadores da Paz e Trilharte possuem como meta a integração de adolescentes que concluíram medidas socioeducativas em atividades culturais, artísticas, esportivas e recreativas.

Percebeu-se que esses projetos vislumbram o reconhecimento dos adolescentes junto ao seu ciclo familiar, assim, auxiliando no melhor direcionamento para sua rede de proteção e mudanças de possibilidades dando apoio a traçarem seus caminhos e na busca pela garantia de direitos, concluindo para a valorização do protagonismo e as potencialidades dos adolescentes participantes.

Essa série de artigos, juntamente com a dissertação, abordaram questões relacionadas à perspectiva de trabalho durante o pós medida, a eficácia e a importância de programas e projetos na vida dos adolescentes. Reconhecemos que

essas pesquisas acadêmicas são extremamente relevantes para a compreensão do funcionamento das políticas de atendimento socioeducativo. Porém, destacamos que existem lacunas nos artigos relacionados, pois poucos trabalhos abordaram questões étnico-raciais, assim como a nomeação dos programas analisados pelos autores para fins de pesquisas mais aprofundadas.

### **5.3 Direitos Humanos e Reinserção Social: limites e possibilidades**

No artigo nº 11, as autoras Pereira & Barros (2021), conduziram seu trabalho utilizando as perspectivas dos adolescentes que passaram pelo centro socioeducativo Complexo Pomeri no Estado de Mato Grosso, e as suas percepções sobre a (re)inserção no cenário escolar. As autoras observaram que, após as medidas de internação, os adolescentes que cumprem as MSE estão enfrentando obstáculos educacionais, dificultando uma eficaz reintegração social.

A partir do que foi apresentado acima, destacamos a fala de Saul, um dos adolescentes entrevistados pelas autoras supracitadas:

Oia, no começo foi difícil voltar a estudar. Por que é assim, quando você chega com o papel da escola lá do Pomeri para a outra escola, aí eles pega e diz que não tem vaga mas a realidade é que a gente tem que ir no juizado pra pedir vaga. Eu tive que mudar de bairro para continuar estudando. Do lado da minha antiga casa tem uma escola, mas a escola não aceita me matricular. Eles têm preconceito. Nega educação pra nós. (SIC) (Pereira & Barros, 2021, p. 12)

Analisamos que a fala do jovem se assemelha com o pensamento de Vygotsky (2003, p. 220), o qual defende que “a educação é a organização da vida [...] Os problemas da educação só serão definitivamente resolvidos quando forem definitivamente resolvidos os problemas do sistema social”.

No artigo 12º, o autor Leonardo (2015), abordou sobre a evolução histórica do sistema prisional até a implementação das MSE, em que o adolescente infrator é frequentemente estigmatizado como criminoso antes, durante e após o cumprimento da MSE. Discute-se também a visão das instituições sobre a (re)inserção desses jovens à sociedade, em meio a desafios como a superlotação e a falta de atividades que promovam a interação e a (re)educação. O artigo apresenta um panorama dos aspectos sociais, culturais e raciais que caracterizam esses adolescentes.

Leonardo (2015) descreve que a música pode ser utilizada no auxílio das MSE de forma eficaz, devido à sua capacidade de conectar pessoas e servir como meio de expressão e autoconhecimento. A pesquisa foi realizada em um centro socioeducativo da cidade de Marília-SP, a qual observou que os adolescentes que participaram de aulas de música, em um ambiente de prática coletiva, mostraram-se progressivamente mais aptos ao convívio social. Isso se deve ao fato de que seu ambiente de aprendizagem está intrinsecamente ligado a uma rica diversidade cultural, alinhada aos princípios do plano político e pedagógico do centro socioeducativo, cujo objetivo é colocá-los em contato com a realidade, visando um futuro melhor.

No artigo nº 13, os autores Zanella, Lara & Cabrito (2019) trataram da transição escolar de adolescentes durante a fase de semiliberdade ou após a conclusão do período de internação do sistema socioeducativo. O artigo propôs diretrizes para facilitar a interação entre as entidades sociais, a família, o adolescente e o ambiente escolar, a fim de promover uma integração eficaz e harmoniosa que beneficie o desenvolvimento do adolescente e facilite sua (re)inserção social.

Os pesquisadores supracitados propuseram estratégias para auxiliar os desafios que impedem a reintegração escolar de adolescentes em conflito com a lei, após o cumprimento de medidas de internação e durante a fase de semiliberdade e medidas em meio aberto, visando facilitar a transição desses jovens para um ambiente escolar regular, promovendo sua reintegração social e educacional:

garantir que o currículo escolar de cada disciplina seja trabalhado em sala de aula de maneira similar ao que ocorre nas escolas da rede, como forma de garantir que o adolescente consiga se adaptar no seu retorno ao ambiente escolar regular [...]promover círculos restaurativos entre família, adolescente e profissionais da escola de maneira a estabelecer um vínculo que se proporcione melhor acolhimento no período posterior ao cumprimento da medida. (Zanella; Lara; Cabrito, 2019, p. 169-170)

Portanto, concluímos que as lacunas existentes no sistema educativo têm caráter macrossocial. Dessa forma, embora a educação seja um elemento crucial, ela possui suas limitações. Faz-se necessário, assim, a elaboração de políticas que entendam o jovem em sua totalidade, que iniciem antes de sua entrada no centro socioeducativo e que não os deixem desamparados após o cumprimento de sua medida.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propomos uma investigação que transcende o período de cumprimento das medidas socioeducativas, aprofundando-se na compreensão do que ocorre com os adolescentes após o cumprimento dessas medidas. Assim como as dificuldades estruturais existentes no contexto de raça, classe social, interseccionalidades e gênero, e não menos relevante, os projetos vigentes no Brasil que os auxiliam durante o processo de reinserção social.

Ao longo da nossa revisão integrativa, ao analisarmos as pesquisas, alcançamos os objetivos deste estudo. Orientados pela seguinte indagação: como se dá o processo de (re)inserção social do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa? Constatamos que esse processo de (re)inserção social deve começar ainda no cumprimento das MSE, afim de auxiliá-los na retomada de seus estudos, no início da carreira profissional e na garantia de seus direitos.

Durante nossa análise, percebemos que à amostra desses adolescentes é predominantemente do sexo masculino, pretos e pardos, de classe social baixa, sendo eles mais vulneráveis a episódios de pobreza, violência e abusos.

Há também um preconceito inerente da sociedade sobre o papel das MSE, que afetam diretamente os adolescentes que cometeram atos infracionais. Essas medidas, frequentemente, são percebidas como “punições brandas”, gerando um sentimento de impunidade. Sendo assim, no pós MSE os adolescentes são estigmatizados pela sociedade, tendo em vista que o sistema sociojurídico determina o papel de alguns corpos, diminuindo assim, o seu protagonismo e contribuindo para a perda dos seus direitos fundamentais.

Evidenciamos a importância dos programas, projetos e do apoio familiar no período pós MSE. Essa assistência pode facilitar a reinserção do adolescente ao seu papel como cidadão, assegurando seus direitos fundamentais e prevenindo possíveis transgressões.

Destarte, almejamos que este estudo contribua para um aprofundamento no entendimento da relevância e da contribuição das MSE na sociedade. Além disso, sugerimos que sejam conduzidos trabalhos e pesquisas de campo no futuro, em colaboração com programas e projetos de pós medida, visando aprimorar a precisão das políticas públicas no Brasil, especialmente no contexto da adolescência.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, Miriam. (Org.). **Juventude, juventudes: o que uni e o que separa.** - Brasília: UNESCO, 2006. \_\_\_\_ Políticas públicas de/para/com as juventudes. - Brasília: UNESCO, 2004.
- Andrade, Marcela Silva; Barros, Vanessa Andrade de. **O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais.** Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 37-53, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- Aguinsky, B., & Capitão, L.. (2008). **Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa.** Revista Katálisis, 11(2), 257–264. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200011> Acesso em: 30 abril 2024
- Bernardo, M. S.; Tortosa Sequeira, I. **A aplicação do coaching como ferramenta de orientação a egressos do sistema socioeducativo como apoio na construção de projeto de vida fora da criminalidade.** Revista Brasileira Multidisciplinar, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 48-60, 2020. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2.790.
- Bock, A. M. B.. (2007). **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores.** Psicologia Escolar E Educacional, 11(1), 63–76. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007> Acesso em: 01 maio 2024
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1988.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0400\\_M.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf)>. Acesso: 30 abril 2024.
- Brasil. Participar do programa Se Liga, que oferece suporte aos jovens que cumpriram medida no sistema socioeducativo. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/participar-do-programa-se-liga-que-oferece-suporte-aos-jovens-que-cumpriram-medida-no-sistema-socioeducativo-1#outras>>. Acesso em: 21 maio 2024.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: SINASE. Brasília, DF, 2006.
- Brondani, R. P.; Arpini, D. M. **Medida Socioeducativa de Internação e Expectativas de Futuro de Adolescentes e Familiares.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. e223537, 2021.

Cavalcante, Amanda Livia de Lima. **"Antes eu deixava a vida me levar, agora sou eu quem levo minha vida": Sentidos de responsabilização produzidos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.** 2019. 91f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43239> >. Acesso em: 30 abril 2024

Ceará. Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará. Fortaleza: **Imprensa Oficial do Estado do Ceará**, 2022.

Coimbra, Cecília Maria Bouças. **Direitos humanos e criminalização da pobreza. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA.** Anais... A situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.

Costa, C. S. DA S.; Alberto, M. DE F. P.. **Caracterização dos Programas de Acompanhamento aos Jovens Egressos de Medidas Socioeducativas.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. e221253, 2021.

Costa, C. S. Da S.; Alberto, M. De F. P.. **Projetos De Vida De Jovens Egressos De Medidas Socioeducativas.** Psicologia & Sociedade, V. 33, P. E221808, 2021.

Costa, C. S. da S.; Alberto, M. de F. P. **Contextos de Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens nos Programas de Acompanhamento Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa.** Revista Subjetividades, [S. l.], v. 23, n. 1, p. e12852, 2023. DOI: 10.5020/23590777.rs.v23i1.e12852. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/12852>. Acesso em: 20 mai 2024.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, DF: Conanda.

Ferreira, Heridane Patrícia. **O Plano Individual de Atendimento (PIA) e a Individualidade do(a) Adolescente no Contexto Socioeducativo.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39486?mode=full>. Acesso em: 30 abril 2024

Leonardo, F. A. M. **A Música como Forma de Ressocialização do Menor Infrator.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], v. 43, n. 2, 2016. DOI: 10.14393/RFADIR-v43n2a2015-29834. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/29834>. Acesso em: 24 maio. 2024.

Lima, Fernanda da Silva; Veronese, Josiane Rose Petry. **Direito da Criança e do Adolescente: A Necessária Efetivação dos Direitos Fundamentais.** Florianópolis:

FUNJAB, 2012. Disponível em: < <https://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2012/09/VD-Direito-da-Crianca-18-09-2012.pdf>>. Acesso 01 maio 2024.

Lemos, Luciano Braga. **O Novo Sinase E A Execução Das Medidas Socioeducativas Previstas No Estatuto Da Criança E Do Adolescente**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº. 000016, 10/07/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-onovosinaseeaexecucaodasmedidassocioeducativasprevistasnoestatutodacriancaedoadolescente.pdf> Acessado em: 09/04/2024.

Monte, F. F. de C., Sampaio, L. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, L. S.. (2011). **Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação**. Psicologia & Sociedade, 23(1), 125–134. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014> Acesso em: 30 abr 2024

Nardi, F. L.; Dell'aglio, D. D. Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei Após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado. **Psico**, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 541–550, 2014. DOI: 10.15448/1980-8623.2014.4.12978. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12978>. Acesso em: 20 mai 2024.

Pedro, Fernanda Reis Alves de Oliveira; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **De "bandido" a "trabalhador": um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas**. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 21, n. 1, p. 61-71, jun. 2018 . Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p61-71>>. Acesso em: 28 abr 2024.

Pereira, Jussivania de Carvalho Vieira Batista & Barros, Solange Maria **Vista do Alunos egressos do centro socioeducativo uma análise linguístico-Discursiva**. Educação Unisinos, [S.I.] 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21049/60748509>. Acesso em: 24 de mar 2024.

Pinho, Nathalia Santiago de. **Avaliação da política pública de atendimento socioeducativo no Ceará (2014-2022)**. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76476> >. Acesso em: 12 de mar 2024.

Purgato, Rafaella Abonante. **O estatuto da criança e do adolescente: uma análise dos atos infracionais, medidas socioeducativas, sua história no Brasil e as divergências sobre o tema**. Jusbrasil, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-uma-analise-dos-atos-infracionais-medidas-socioeducativas-sua-historia-no-brasil-e-as-divergencias-sobre-o-tema/1862032812>. Acesso em: 01 mai 2024

Ribeiro, C.A.;da Rocha, F.N. **Escolhas na adolescência: Implicações contemporâneas dos grupos sociais e da família** . Revista Mosaico. 2017 Jul./Dez.; 08 (2): 39-47.

Seas. **Programa de Oportunidades e Cidadania (POC)**. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/programa-de-oportunidades-e-cidadania-poc/>. Acesso em: 19 de mai 2024.

**Silva, Maria Liduína de Oliveira e.** Entre proteção e punição: O controle sociopenal dos adolescentes. São Paulo: Unifesp, 2011. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Entre-Prote%C3%A7%C3%A3o-Puni%C3%A7%C3%A3o-Sociopenal-Adolescentes/dp/8561673230> . Acesso em: 28 abr. 2024.

Souza, G. M. De; Sales, M. M. **O TRABALHO DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ: O OLHAR DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE EGRESSOS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE RESTRIÇÃO À LIBERDADE**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 4, n. 7, p. 482-501, 19 jul. 2019.

Schoen-ferreira, t.; aznar-farias, m. **Adolescência através dos Séculos** Adolescence through the Centuries. v. 26, n. 2, p. 227–234, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 abril 2024

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**: Psicologia concreta do homem. Vol. 4. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 2006.

Zanella, Maria Nilvane; Lara, Angela Mara de Barros; Cabrito, Belmiro Gil. **Educação social e escolar e o direito à educação na medida socioeducativa**. EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 48, p. 155–173, 2019. DOI: 10.5585/eccos.n48.11431. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11431>. Acesso em: 24 maio. 2024.